



31 DE MARÇO DE 2020

## Como os bancos vão reagir à pandemia?

Por André Moreira Cunha, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Os impactos econômicos da pandemia criada pelo COVID-19 ainda estão em gestação inicial. A expectativa é de que ocorra no Brasil o mesmo que nas demais economias: uma intensa contração na renda e no emprego, com impactos que se propagam sobre a arrecadação de impostos, a capacidade de pagamento das dívidas por empresas e famílias, e assim por diante. Os preços dos ativos financeiros, da bolsa de valores ao dólar, indicam um movimento de ajuste baixista intenso.

Diante deste cenário, o governo federal, sob a pressão da sociedade e do Congresso, começa a se mover no sentido de oferecer linhas de crédito especiais, além de garantir renda para os segmentos mais vulneráveis da sociedade. Mesmo que muito bem-vindas, tais iniciativas ainda se revelam tímidas e insuficientes, particularmente no que se refere à injeção de recursos novos na economia[1].

Em sua esfera específica de atuação, o Banco Central (BCB)[2] reduziu a taxa básica de juros, vendeu reservas internacionais, celebrou acordo para repasse de swaps cambiais em cooperação com o FED, ampliou a liberação dos compulsórios, flexibilizou os requisitos mínimos de liquidez e de capital mínimo, dentre outras ações. A expectativa do BCB é de que se possa liberar cerca de R\$ 1,2 trilhão em novos recursos para o sistema bancário, o que equivaleria a 16% do PIB.

No que se refere à provisão de liquidez, as medidas do BCB podem ser divididas, em linhas gerais, em duas frentes: a criação de uma linha de crédito para o financiamento da folha de pagamento das empresas; e uma série de flexibilizações e inovações regulatórias que buscam abrir espaço para que os bancos ampliem suas fontes de recursos. Espera-se, com isso, que estes decidam emprestar. Tal decisão, por sua vez, é dos bancos, que podem ou não realizar novos empréstimos.

Com respeito ao financiamento da folha de pagamento, está mais do que claro que a “linha emergencial” de R\$ 40 bilhões no total, divididos em R\$ 20 bilhões por mês, é insuficiente. O valor mensal equivale a menos de 1/6 das concessões totais (R\$ 135 bilhões) de todas as modalidades de crédito para as pessoas jurídicas em fevereiro de 2020, última informação disponibilizada pelo BCB. Adicionalmente, os R\$ 40 bilhões representam 14% do estoque de empréstimos somente na forma de capital de giro das empresas (R\$ 279 bilhões na posição de setembro de 2019). As condições de prazos – 30 meses, com seis meses de carência – e o custo do repasse (CDI, sem spread 3,75%) – são adequadas em um quadro recessivo normal, mas podem deixar de sê-lo em um contexto de depressão. E, na ótica de uma instituição bancária que quer maximizar lucro e minimizar riscos, tais financiamentos podem não ser atraentes. O custo prospectivo potencial – ampliar a inadimplência – pode exceder os incentivos das condições definidas pelo BCB.

Será que a perspectiva oficial de alavancar R\$ 1,2 trilhão em empréstimos é realista? Particularmente quando se considera que há a economia brasileira pode novamente entrar em recessão?[3] Possivelmente não. A resposta usual dos bancos ao agravamento do cenário econômico é típica: aumento de aversão ao risco. No momento, há indícios pouco claros sobre o rumo das taxas de juros ao tomador final, com informações de queda em algumas linhas de financiamento e elevação com encurtamento dos prazos dos financiamentos em outras[4]. A real magnitude destes movimentos só estará clara quando o Banco Central fornecer as estatísticas da média do sistema nos próximos meses.

É importante lembrar que o estoque de compromissos financeiros totais de empresas e famílias se aproxima dos R\$ 6 trilhões (indicador de crédito ampliado), dos quais pouco mais da metade são de empréstimos provenientes de bancos que operam no mercado doméstico, privados ou públicos. Diante deste montante, a liquidez adicional projetada pelo BCB pode ser importante. Mas, mesmo que seu potencial se realize, o que é uma hipótese excessivamente otimista, ela pode ainda assim se mostrar insuficiente em um quadro de *stress* financeiro extremo.

Os tempos exigem maior ousadia. Uma linha de apoio adicional seria o uso integral dos depósitos compulsórios existentes no sistema bancário e dos fundos constitucionais. No final de março, o estoque de depósitos compulsórios era de R\$ 417 bilhões. Tais recursos deveriam servir como *funding* para linhas de crédito para financiar o capital de giro de empresas e as pessoas físicas. Prazos e custos poderiam convergir para a linha emergencial já aprovada. Estas linhas não seriam opcionais, mas de uso compulsório. Com isso, os bancos que optarem pela não implementação de tais linhas, teriam de repassar os respectivos recursos para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Já para a retomada da economia, dever-se-ia organizar programas aos moldes do PSI (Programa de Sustentação do Investimento), com recursos das poupanças compulsórias, dos fundos constitucionais e do Tesouro. No final de 2018, o estoque de recursos de fundos do poder Executivo era de R\$ 83 bilhões e do poder Judiciário de R\$ 785 bilhões, perfazendo um total de R\$ 868 bilhões[5]. Estes recursos poderiam alavancar programas focados em fortalecer a infraestrutura em áreas estratégicas, como saneamento básico, complexo da saúde, habitação, transporte de massa nos grandes centros urbanos etc. Uma vez mais, a ideia é canalizar os recursos por meio de programas de financiamento com o BNDES, CEF, BB e demais bancos públicos e agências de fomento, que poderão alavancar o volume final de empréstimos. Por fim, as reservas internacionais não devem ser mobilizadas como fonte de financiamento, pois representam uma linha de defesa externa importante em tempos de elevada instabilidade internacional.

É hora de o governo assumir que a crise é grave e, portanto, demanda uma atuação robusta e coordenada em todas as áreas, inclusive na economia. É preciso preservar a reprodução da vida cotidiana da sociedade. No caso da intermediação financeira, é essencial manter a confiança na capacidade de atuação do Estado. Este é o garantidor, em última instância, da estabilidade monetária e financeira. No caso do Brasil, esta atuação pode ser facilitada pela presença dos bancos públicos.

Não basta o BCB criar condições para que os bancos emprestem, se estes simplesmente decidirem não fazê-lo. Como tem sido documentado por estudos técnicos, o crédito privado é pró-cíclico em todos os momentos, ao passo que o crédito público pode ser contra cíclico e gerar resultados positivos em momentos de necessidade[6].

O Brasil ainda conta com instituições financeiras oficiais que, se bem instruídas e geridas, poderão representar uma linha de apoio central para conter os efeitos econômicos depressivos da crise em curso. O principal obstáculo no momento para que tal arma poderosa seja utilizada é de natureza ideológica: os comandantes da economia brasileira foram contaminados, de forma aparentemente irreversível, pelo vírus do neoliberalismo. Este oblitera a capacidade de raciocínio objetivo e pragmático, especialmente em momentos tão dramáticos como o que estamos vivendo[7].

Em síntese, ***a crise é grave, mas seus efeitos podem ser mitigados com a utilização adequada de instrumentos públicos. Para tanto, a ação racional e eficiente do Estado é necessária.*** Esta não se dá no vácuo, pessoas competentes e comprometidas com o bem comum e instituições são necessárias. O Brasil possui estes ativos, todavia eles não estão sendo mobilizados. Se isso não for feito, a perda de vidas, de empregos e de negócios será maior do que o necessário.

[1] Ver as medidas em: <http://www.economia.gov.br/noticias/2020/marco/confira-as-medidas-tomadas-pelo-ministerio-da-economia-em-funcao-do-covid-19-coronavirus>. Para uma avaliação crítica, que permite verificar que os recursos adicionais novos (em potencial) das medidas anunciadas é de cerca de 2% do PIB, ver: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/posts/politicas-que-estao-sendo-adotadas-para-o-combate-ao-covid-19-experiencia-internacional-e-o>. As comparações internacionais estão disponíveis em: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19>.

[2] Ver as medidas em: [https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_RCN\\_Coletiva%2023.3.2020.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_RCN_Coletiva%2023.3.2020.pdf).

[3] Ver: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/03/24/com-coronavirus-mercado-abandona-otimismo-e-aposta-em-retracao-do-pib.ghtml>; <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/bancos-se-comprometem-a-prorrogar-dividas-mas-clientes-tem-problemas-e-juros-podem-aumentar/>.

[4] Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/26/alta-de-juros-e-queda-de-prazo-para-cliente-ja-ocorre-diz-presidente-do-bc.htm>; <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/bancos-se-comprometem-a-prorrogar-dividas-mas-clientes-tem-problemas-e-juros-podem-aumentar/>.

[5] Ver: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec222PEC187.html>.

[6] Em especial, ver os seguintes estudos do Banco Mundial: “Global Financial Development Report 2013: Rethinking the role of government in finance”, 2012; “Global Financial Development Report 2015/2016: long-term finance”, 2015; “2017 Survey of National Development Banks, Washington, DC: the World Bank.”, 2018; “Global Financial Report 2017/2018 – Bankers without Borders”, 2018. E, também, UNCTAD 2016, The Role of Development Banks in Promoting Growth and Sustainable Development in the South, Geneva: United Nations Conference on Trade and Development.

[7] Sobre este tema, ver o artigo “As amarras ideológicas são piores do que o vírus?” (<https://www.ufrgs.br/fce/as-amarras-ideologicas-sao-piores-do-que-o-virus/>).

**📍 INFORMAR ERRO**

**📁 ANÁLISE: CONJUNTURA NACIONAL E CORONAVÍRUS**

**# ARTIGO**